

Alternativa para as áreas verdes

Cadu Gomes/CB/18.4.05

GUILHERME GOULART E
SAMANTA SALLUM

DA EQUIPE DO CORREIO

O Governo do Distrito Federal (GDF) apresentou ontem uma alternativa para resolver a polêmica gerada pelos lotes do tipo Restaurantes de Unidade de Vizinhança (RUV), na Asa Sul. O governador Joaquim Roriz anunciou que irá propor aos donos dos terrenos nas quadras comerciais da 208 e 211 Sul a compra das áreas especiais voltadas para as 400. "Nós nos posicionamos a favor da preservação. A sociedade reclama que não se deve destruir as árvores, nem os locais. É isso que faremos", afirmou Roriz.

O GDF pretende avaliar o valor das RUVs e pagar o preço correspondente. O dinheiro, porém, deve ser convertido para a negociação de terras públicas. "Para que os empresários não tenham prejuízos, afinal são os donos das terras, vamos dar a eles um crédito, que poderá ser usado em licitações", explicou o governador, durante encontro ontem pela manhã com líderes comunitários da Asa Sul na residência oficial de Águas Claras.

A presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Heliete Bastos, a prefeita da 211 Sul, Deusa Gomes Barbosa, e José Ribamar Martins, um dos líderes das manifestações contra as construções, deixaram a reunião satisfeitos. "A definição é uma vitória. Isso prova que a luta não foi em vão", disse Deusa. O encontro com o governador durou pouco mais de 30 minutos.

A RUV da 211 Sul foi cercada por tapumes da Conterc Construção no fim de abril. Oito árvores foram cortadas na quadra, considerada modelo de paisagismo no DF. A previsão é de que outras sejam replantadas no local. O presidente da Câmara Legislativa, Fábio Barcellos (PFL), também participou da reunião.

Os líderes comunitários aproveitaram o encontro para entregar a Roriz abaixo-assinado com 3,5 mil assinaturas. Heliete ainda cobrou do governador soluções para todas as superquadras que ainda têm lotes do tipo RUV. "Existem três lotes na altura das quadras 100 com essas áreas especiais. Estamos preocupados com todas as áreas verdes do Plano Piloto", disse a presidente do Conselho da Asa Sul.

Apesar do anúncio do governador, a proposta apresentada pelo GDF será ainda formalizada



HELIETE BASTOS, PRESIDENTE DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASA SUL: "ESTAMOS PREOCUPADOS COM TODAS AS ÁREAS VERDES DO PLANO PILOTO"

no Ministério Público. Na próxima quarta-feira, será assinado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para que as empresas se comprometam a não iniciar construção alguma na área nos próximos 90 dias. "Chamamos como testemunhas do acordo representantes da Terracap, do Iphan, da Administração Regional de Brasília e da comunidade", adiantou o promotor Paulo José Leite, da Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística.

De acordo com Paulo José Leite, a solução apresentada por Roriz está respaldada legalmente pelo Estatuto da Cidade. O artigo 35 prevê a transferência do direito adquirido, ou seja, que o empreendimento seja transferido de local nos casos em que a área em discussão seja de interesse histórico, ambiental, social e paisagístico. "A área em questão tem todas essas características. Entendemos que basta uma resolução da Terracap para resolver isso", apontou.

Paulo José Leite acredita numa solução que vai contemplar a reivindicação dos moradores. Ele se reuniu na segunda-feira com a presidente da Terracap, Maria Júlia

O QUE SÃO AS RUVs

Os lotes definidos como Restaurantes de Unidade de Vizinhança (RUV) foram concebidos no início da construção de Brasília pelo arquiteto Lucio Costa. De acordo com o projeto original, eles deveriam suprir a falta de restaurante nas quadras comerciais do Plano Piloto. Mas dois decretos publicados em 1988 modificaram a destinação dos lotes 35 (Bloco D).

Hoje, eles podem abrigar restaurantes, bares, padarias, docerias, sorveterias, farmácias, drogarias, confecções, sapatarias, lojas de decoração, artesanato,

material esportivo, floriculturas, artigos musicais, academias de ginástica, lavanderias, agências de viagem, butiques, galerias de arte, teatro, museu, biblioteca e outros.

Os terrenos das RUVs, que ficam nas comerciais voltadas para as 200 e 300, têm 320 m². A normatização prevê a construção de prédios de três pavimentos (subsolo, térreo e sobrelojas). Podem ter no máximo seis metros de altura. Os subsolos são opcionais, destinados a depósitos, cozinhas ou banheiros.

Monteiro, e ontem com líderes comunitários para discutir o assunto. "Já existem graves problemas de circulação na região. Mais um em-

preendimento só iria piorar as coisas, ferir a escala residencial, criando atrito entre comércio e residências", explicou o promotor.

"Razoável"

Representantes das construtoras donas dos terrenos apostam na reunião no MP para acabar com a polêmica em torno das RUVs. "Só ali a gente ficará sabendo o caminho a ser seguido", avaliou o diretor-comercial da Attos Incorporações, Elton Santos. Ainda assim, ele comentou que a empresa aceitaria a troca do terreno por créditos em licitações públicas. "Em princípio, eles (os créditos) seriam suficientes." A Attos levantou tapumes na 208 Sul.

O também diretor-comercial da Conterc, Roberto Botelho, classificou a proposta do GDF como "razoável". Mas, segundo ele, a oferta feita pelo governo local terá de ser compatível com o terreno localizado na 211 Sul. Ele avalia a área de 320m² em R\$ 2,5 milhões. Botelho explicou que a construtora teve gastos para desviar redes de telefonia e de alta tensão que passavam em cima da RUV. As intervenções duraram dois anos. "A terra tem um valor de mercado, mas as modificações nas redes aumentaram os valores", disse.